

O novo momento da educação profissional brasileira

Eliezer Pacheco*

A transição do século XX para o XXI coincidiu com uma mudança paradigmática de grandes proporções. A fragilização dos modelos explicativos, a derrocada do socialismo e a revolução nos costumes criaram crises identitárias em todos os níveis. A despeito disso, uma nova perspectiva para a vida humana é o objeto que nos move nesse início de século e de milênio. O aspecto simbólico dessa passagem reitera em nós questões que continuam urgentes, que mobilizaram o desejo e a energia de trabalho das gerações que nos antecederam. Entre essas questões encontra-se a educação, que foi particularmente atingida pela crise e pelas políticas neoliberais, perdendo suas referências.

O ciclo neoliberal foi definido por um conteúdo ideológico fundado no individualismo e na competitividade que marcam a sociedade contemporânea. Tal ideário e a submissão às normas dos organismos financeiros representantes dos interesses do capital estrangeiro constituíram a base de um processo de sucateamento e privatização, a preço vil, de grande parte do patrimônio nacional, provocando a vulnerabilização da economia brasileira.

Dentro desse processo, as universidades públicas e as instituições federais de educação profissional e tecnológica, desmanteladas, tiveram seu funcionamento quase inviabilizado. Até uma lei, a 9.649/98, foi instituída no governo anterior, barrando a criação de novas escolas técnicas federais. O governo Lula alterou esta legislação para poder lançar o plano de expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica.

Estamos implementado, na área educacional, políticas que se contrapõem a essas concepções neoliberais, abrindo oportunidades para milhões de jovens e adultos da classe trabalhadora. Na busca de ampliação do acesso à educação e de permanência e aprendizagem nos sistemas de ensino, diversas medidas estão em andamento.

A primeira e mais destacada é a expansão da rede federal de educação profissional. Em 1909, o então presidente Nilo Peçanha criou as primeiras 19 escolas técnicas neste país, na época chamadas escolas de aprendizes artífices. De 1909 até 2003, são 93 anos. Em 93 anos, todos os governos que passaram pelo Brasil construíram apenas 140 escolas técnicas. Nós vamos entregar, em oito anos, 214 escolas. Em 2010, serão mais de 354 unidades e 500 mil vagas no ensino técnico, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas.

Além da construção destas novas escolas, o governo Lula está federalizando quase três dezenas de escolas comunitárias que receberam recursos do extinto Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep). Essas escolas estão sendo incorporadas à rede federal.

Rede que comemora 100 anos agora em setembro. Rede que em dezembro de 2008 foi reorganizada através de lei aprovado no Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Lula. A lei 11.892/08 criou uma instituição absolutamente inovadora em termos de proposta político-pedagógica: os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. É um novo conceito de educação profissional e tecnológica, sem similar no mundo.

São 38 institutos, com 354 campi espalhados por todo território nacional, atuando no ensino médio integrado ao técnico (50% das vagas), licenciaturas (20%) e cursos superiores de tecnologia ou bacharelados tecnológicos (30%), podendo ainda disponibilizar especializações, mestrados e doutorados profissionais.

Os Institutos fundamentam-se na verticalização do ensino, onde os docentes atuam nos diferentes níveis com os discentes, compartilhando os espaços pedagógicos e laboratórios, além de procurar estabelecer itinerários formativos do curso técnico ao doutorado. Os Institutos Federais também assumem um compromisso de intervenção em suas respectivas regiões, identificando problemas e criando soluções tecnológicas para o desenvolvimento sustentável, com inclusão social. Com os Institutos, o Brasil está abandonando o hábito de copiar e ousando inovar.

O Ministério da Educação (MEC) também investe nas redes estaduais de educação profissional, através do programa Brasil Profissionalizado. São R\$ 900 milhões para construção, ampliação ou reforma de escolas públicas estaduais de ensino médio e profissional; aquisição de equipamentos, laboratórios e compra de livros; e formação de professores na área de ciências. Todos os estados aderiram ao programa.

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do MEC ainda contempla outra ação para democratização do acesso ao ensino técnico público. É o programa e-Tec Brasil, que através da modalidade de educação a distância leva cursos técnicos a regiões distantes das instituições de ensino técnico e para a periferia das grandes cidades brasileiras, incentivando os jovens a concluírem o ensino médio.

O governo federal ainda firmou acordo com as entidades que formam o Sistema S para ampliar a oferta de cursos de formação profissional gratuitos no país. A partir desse pacto, os serviços nacionais de aprendizagem comercial (Senac), industrial (Senai) e os serviços sociais do comércio (Sesc) e da indústria (Sesi) devem ampliar a oferta de cursos técnicos gratuitos já a partir deste ano.

Outra importante política desenvolvida pelo MEC é o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, conhecido como Proeja. Atualmente são 25 mil jovens e adultos em cursos que proporcionam formação profissional com escolarização. Até 2011 a meta é alcançar 60 mil alunos.

A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC também vem aperfeiçoando o fortalecimento de seus instrumentos de regulação e supervisão. Uma das ações mais efetivas diz respeito à autorização e o reconhecimento de cursos. O destaque fica para a implementação dos catálogos nacionais dos Cursos Superiores de Tecnologia e de Cursos Técnicos. São instrumentos fundamentais para regulação, supervisão e avaliação da educação profissional em nosso país.

Além dos catálogos, já está em funcionamento o Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec). Pioneiro e inovador, o sistema disponibiliza, mensalmente, informações sobre escolas, públicas e privadas, que ofertam cursos técnicos de nível médio, seus cursos e alunos desse nível de ensino. O Sistec dará validade nacional aos diplomas de cursos técnicos.

No que pese a importância e o reconhecimento pelo mundo do trabalho, a certificação profissional ainda não está colocada no espaço da oferta pública e gratuita, muito menos dentro de uma concepção que amplie o seu caráter para além de uma formação estritamente tecnicista, ou seja, está destituída da natureza formativa, necessária à formação de todo trabalhador. Assim, este ano estamos propondo mais uma ação inovadora e progressista. É a criação da Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada (Rede Certific). Através desta rede, que funcionará nos institutos federais, o trabalhador poderá procurar um instituto para fazer exames de avaliação de competências. Se aprovado, vai receber um certificado que valida aqueles conhecimentos construídos fora da escola.

A pesquisa e a produção do conhecimento é outra área que tem recebido especial atenção, pelo que representa e pela riqueza e singularidade das escolas federais. É por isso que apoiamos as Jornadas de Produção Científica em Educação Profissional e Tecnológica, fundamentais para o incentivo e disseminação da pesquisa. E é também por isso que vamos realizar em novembro o Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica, com professores, alunos, especialistas de todas partes do mundo.

Pelo menos o

utras duas ações cabem serem citadas. A política para a pesca, com programas de formação profissional voltados para o setor pesqueiro, e o programa Tec Nep, que visa à inserção das pessoas com necessidades educacionais específicas nos cursos oferecidos pela rede federal.

Na área da legislação, duas novas leis, já em vigor, em prol da educação profissional. A primeira é a Lei do Estágio, que define com clareza as normas para realização de estágio enfatizando-o como ato educativo supervisionado. Traz as competências da instituição de ensino, parte concedente, estagiário e agentes de integração, além de estabelecer benefícios para o estagiários. A outra é a

Lei 11.741, que altera a LDB, incorporando as concepções de educação profissional e tecnológica e educação de jovens e adultos.

É o Brasil vivendo um novo momento. De desenvolvimento sustentável, onde a educação tem papel fundamental. “Trata-se de ensinar a cada indivíduo, seja quem for, um ofício. Fazer de cada brasileiro um fator de efetivo valor social e econômico. É na escola profissional que se ensinará ao brasileiro a arte de ser produtivo e é na oficina que retemperarão melhor o caráter para a vida”. É com as palavras de Fidelis Reis que nos inspiramos e estamos concretizando a maior expansão da educação profissional e tecnológica de toda sua história.

*Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do MEC